

PAPA BENTO XVI INCENTIVOU A MISSA TRIDENTINA

(ESSE INCENTIVO, QUE LEVOU À LOUCURA MODERNISTAS APÓSTATAS E PROFANADORES, FOI MAIS UM FORTE MOTIVO PARA O BOICOTE QUE ELE SOFREU DA MAIORIA DOS BISPOS E PADRES DO MUNDO E SUA CONSEQUENTE RENÚNCIA.)

Koch admite: a Missa Nova é uma ruptura com a Tradição.



O Cardeal Kurt Koch, Presidente do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos, numa palestra em um congresso sobre o *Summorum Pontificum* ocorrido em 15 de maio de 2011, admitiu que “a reforma litúrgica pós-conciliar é considerada, em largos círculos da Igreja Católica, como uma ruptura com a tradição e como uma nova criação” e que, no *Novus Ordo Missae*, “aquela sacralidade que atrai tanta gente ao antigo uso deve se manifestar mais vigorosamente.” (Zenit, 17 de março de 2011.)

Esta declaração é muito modesta, mas pelo menos é um reconhecimento de que, na mente dos fiéis, há um problema real com o *Novus Ordo*. Isso é o que temos dito desde sempre! O problema da nova liturgia é uma ruptura doutrinal.

O Cardeal Koch explicou que é o desejo do Papa (então Bento XVI) de que a Missa tradicional seja uma “ponte ecumênica”, pois, por meio dela, o Papa deseja contribuir para a solução dessa disputa e para a reconciliação dentro da Igreja: o *Motu Proprio* promove, por assim dizer, um ecumenismo intra-católico... Se o ecumenismo intra-católico falha, a controvérsia católica acerca da liturgia se estenderá ao ecumenismo, e a antiga liturgia não será capaz de cumprir sua função ecumênica de ponte. (*op. cit.*)

O propósito da instrução sobre o *Summorum Pontificum* seria conseqüentemente forçar todos os católicos a aceitarem a liturgia um do outro, de modo a acabar com todas as disputas. Por mais surpreendente que isto seja, este é o mesmo espírito ecumênico que emana do Vaticano II, que produziu a reforma da liturgia e que pretende conceder o uso de um rito que nunca foi ab-rogado.

O Cardeal Koch foi ainda mais explícito em sua análise do objetivo último dessa iniciativa, ou seja, que as Missas tradicional e nova desenvolver-se-iam finalmente num rito comum, isto é, que ambas desapareceriam:

Bento XVI sabe muito bem que a longo prazo não podemos permanecer com a coexistência das formas ordinárias e extraordinárias no Rito Romano, mas que a

Igreja precisará novamente de um rito comum no futuro... Contudo, dado que uma nova forma litúrgica não pode ser decidida num gabinete, pois ela requer um processo de crescimento e purificação, por enquanto o Papa enfatiza que, acima de tudo, as duas formas do uso do Rito Romano podem e devem enriquecer-se mutuamente. (*Ibid.*)

Segundo o Cardeal Koch, a permissão de Roma para a Missa que não precisa de permissão seria para que ela finalmente desaparecesse!

Nem a diplomacia nem o ecumenismo podem resolver o problema doutrinal. Afirmar que há continuidade doutrinal entre a Missa Tridentina e o *Novus Ordo Missae* não tornará essa continuidade uma realidade. O estudo de ambos os ritos, assim como dos frutos que eles têm produzido, prova que eles têm princípios e efeitos contraditórios. **A reconciliação precisa ser fundamentada em discussões doutrinárias para o triunfo da verdade.** Não se trata tanto de uma reconciliação entre católicos que está hoje em discussão, mas uma reconciliação entre pastores com suas respectivas missões de defender e ensinar a Fé. **Trata-se na verdade de reconciliar os católicos com a Fé católica.** De fato, a divergência não é tanto entre a FSSPX e a Santa Sé, mas entre a Missa Tradicional e o *Novus Ordo Missae*; **entre o espírito conciliar e a Fé de todos os tempos.**

Fonte: Distrito dos EUA da FSSPX

Cardeal Ratzinger:

Orlando Fedeli

Onze anos atrás (1997), foi publicado, na Itália, um livro do Cardeal Ratzinger, no qual ele contava passagens de sua vida até 1977. O livro foi editado pela San Paolo e se intitulava *La mia Vita*. Somente em 2006, a editora Paulinas publicou esse livro no Brasil, lembrando, na capa de sua edição, que o outrora Cardeal Ratzinger é, hoje, o Papa Bento XVI.

O livro, hoje, depois de onze anos, paradoxalmente se mostra muito mais atual do que em 1997, pois nele se podem ler frases que explicam o que Bento XVI está fazendo em seu pontificado, e indicam o que ele ainda pretende fazer, particularmente no campo da Liturgia. Mesmo que devagar...

Neste artigo, citaremos e analisaremos apenas o que disse o Cardeal Ratzinger em 1997 sobre o lançamento da Nova Missa de Paulo VI, em 1969. Os destaques na citação são de nossa responsabilidade e os fazemos para chamar a atenção sobre alguns pontos mais importantes do que disse então aquele que, hoje, é nosso Papa, gloriosamente reinante. Colocaremos abaixo do texto da versão em português a versão em italiano do original em alemão.

Eis o que escreveu o então Cardeal Ratzinger sobre a nova liturgia de Paulo VI:

“O segundo grande acontecimento no início dos meus anos em Ratisbona foi a publicação do missal de Paulo VI com a proibição quase total do missal anterior, depois de uma fase de transição de apenas meio ano. Era auspicioso o fato de que, depois de um tempo de experimentos, muitas vezes deformando profundamente a liturgia, houvesse agora um texto litúrgico obrigatório. Mas fiquei consternado pela proibição do Missal antigo, pois algo semelhante nunca tinha acontecido em toda a história da liturgia. Tinha-se a impressão de que isso era uma coisa perfeitamente normal. O missal anterior tinha sido criado por Pio V, por ocasião de Concílio Tridentino; assim era normal, dizia-se, que após 400 anos e depois de um novo Concílio um novo Papa oferece-se um novo missal. Mas a verdade histórica é outra. Pio V havia mandado fazer apenas uma revisão do *Missale Romanum* existente, como é normal no crescimento vivo da história através dos séculos. Assim também muitos de seus sucessores tinham novamente trabalhado esse missal, sem jamais opor um

missal novo ao missal anterior. Foi um processo contínuo de crescimento e purificação, no qual, porém, nunca se destruiu a continuidade. Não existe um missa de Pio V que tivesse sido criada por ele. O que existe é a revisão feita por Pio V, como fase de uma longa história de crescimento. O "novo" depois do Concílio de Trento foi de outra natureza: o rompimento causado pela Reforma tinha-se realizado, sobretudo, como "reformas" litúrgicas. Não havia simplesmente uma Igreja Católica e outra protestante, uma ao lado da outra; a divisão da Igreja realizou-se quase imperceptivelmente, e era mais visível e historicamente mais eficaz na mudança da liturgia, que ainda aconteceu com muita diferença entre um lugar e outro, de sorte que também aí, entre o ainda católico e o já não católico muitas vezes era impossível de discernir.

Naquela situação confusa, que se tornara possível pela falta de uma legislação litúrgica única e pela existência de um pluralismo litúrgico na Idade Média, o papa decidiu que o Missale Romanum, o livro das missas na cidade de Roma, tinha de ser introduzido em toda parte onde não se pudessem alegar liturgias que tivessem pelo menos 200 anos de idade. Onde isso fosse o caso, podia-se ficar com a liturgia existente, porque então o seu caráter católico podia ser considerado seguro. Não se tratava, pois, de uma proibição de um missal existente e até então considerado válido. Porém, a proibição agora decretada, do missal que se tinha desenvolvido continuamente através de todos os séculos, desde os manuais para os sacramentos na Igreja antiga, causou na história da liturgia uma ruptura cujas conseqüências só podiam ser trágicas. Uma revisão do missal, como já houvera muitas vezes, e que desta vez podia ser mais radical do que até então, sobretudo pela introdução da língua materna, tinha sentido e tinha sido determinada com razão pelo Concílio. Mas agora aconteceu mais: o edifício antigo foi derrubado e construiu-se um outro. É verdade que, em grande parte, foi feito com o material do anterior e usando-se, também, os projetos antigos. E não há dúvida: este novo missal trouxe, sob muitos aspectos, um verdadeiro melhoramento e enriquecimento. Mas o fato de ter sido apresentado como construção nova, em oposição ao crescimento histórico, e de o missal antigo ter sido proibido, de sorte que a liturgia não apareceu mais como resultado de um crescimento vivo, e sim como produto de um trabalho erudito e de competência jurídica, isso nos prejudicou sobremaneira. Pois agora se devia ter a impressão de que liturgia é algo que "se faz"; não algo preexistente, mas algo que depende de nossas decisões. E aí seria lógico, também, que não somente os eruditos nem somente uma autoridade central fossem reconhecidas como portadores da decisão, mas que, afinal, toda a "comunidade" quisesse adotar sua própria liturgia. Mas quando a liturgia é algo feito por nós mesmos, então ela deixa de nos oferecer o que deveria ser sua verdadeira dádiva: o encontro com o mistério, que não é produto nosso, mas nossa origem e fonte de nossa vida. Uma renovação da consciência litúrgica, uma reconciliação litúrgica que reconheça novamente a unidade da história da liturgia e que entenda o Vaticano II não como ruptura, mas como degrau na evolução, é urgentemente necessária para a vida da Igreja. Estou convencido de que a crise na Igreja, pela qual passamos hoje, é causada em grande parte pela decadência da liturgia, que às vezes é concebida de uma maneira etsi Deus non daretur [Como se Deus não existisse], isto é, que nela não importa mais se Deus existe e se Ele nos fala e nos escuta. Quando, porém, na liturgia não aparece mais a comunhão da fé, a unidade mundial da Igreja, o mistério de Cristo vivo, onde, então, ainda aparece Igreja, em sua essência espiritual? Aí a comunidade ainda celebra somente a si mesma, mas isso não vale a pena. E já que a comunidade por si só nem existe, e é sempre formada somente pela fé, sendo criada como unidade pelo Senhor, é inevitável, naquela suposição, que a Igreja se divida em partidos de todo tipo, e os grupos se oponham uns aos outros dentro de uma Igreja que se dilacera a si mesma. Por isso precisamos de um novo movimento litúrgico, que dê vida à verdadeira herança do Concílio Vaticano II"

(Cardeal Joseph Ratzinger, Papa Bento XVI, *Lembranças da Minha Vida*, versão em português, Ed Paulinas, São Paulo, 2006, pp.128-131. Do original alemão *Aus meinem Leben*). (Confira o mesmo texto na versão italiana no final deste artigo).

As palavras do Cardeal Ratzinger sobre a reforma litúrgica promovida por Paulo VI, em 1969, depois do Concílio Vaticano II, e que pretendeu aplicar o que decidira o Concílio em matéria de Liturgia, são extremamente graves.

Em primeiro lugar, convém notar que, por duas vezes, o Cardeal Ratzinger afirmou que, ao ser publicada a Missa Nova, foi proibida a Missa antiga. E, numa terceira vez, o Cardeal afirma mesmo que foi decretada a proibição dessa missa.

Eis as citações dessas passagens:

"O segundo grande acontecimento no início dos meus anos em Ratisbona foi a publicação do missal de Paulo VI com a proibição quase total do missal anterior".

"Mas fiquei consternado (sbigottito = espantado) pela proibição do Missal antigo, pois algo semelhante nunca tinha acontecido em toda a história da liturgia".

"Porém, a proibição agora decretada, do missal que se tinha desenvolvido continuamente através de todos os séculos, desde os manuais para os sacramentos na Igreja antiga, causou na história da liturgia uma ruptura cujas conseqüências só podiam ser trágicas".

Ora, no Motu Proprio Summorum Pontificum o Papa Bento XVI afirmou que o Missal antigo nunca foi revogado. Como nunca foi revogado, se foi proibido?

Talvez haja aí uma sutileza jurídica que pode explicar essa aparente contradição: uma coisa pode ser proibida concretamente, embora sua revogação jurídica não tenha sido formalmente decretada.

Quereria Bento XVI dizer que Paulo VI, ao promulgar a Nova Missa, embora não tenha revogado a Missa antiga por meio de uma lei, mas a teria proibido, em concreto, por uma simples ordem ou determinação oral, e nunca por um decreto formal?

Mas como se explicaria então a terceira frase citada acima, na qual o Cardeal Ratzinger afirma: *"a proibição agora decretada"*?

Afinal, a Missa antiga foi proibida por decreto? Como então afirmar que ela nunca foi revogada?

Haveria distinção jurídica entre proibição por decreto e revogação?

Foi proibida por decreto, mas sem ter havido um ato de revogação?

É possível essa sutileza canônica?

Com a palavra os canonistas.

Pessoalmente não cremos que Bento XVI, -- que é altamente erudito e muito cuidadoso em seus textos --, tenha caído em uma contradição.

Um segundo ponto a notar é que o Cardeal Ratzinger acusa que, desde o tempo de transição da Missa antiga para a Missa Nova - seis meses - já os abusos, que caracterizarão a nova Liturgia, se fizeram escandalosamente notar, pois diz Ratzinger:

"depois de um tempo de experimentos, muitas vezes deformando profundamente a liturgia".

A Missa Nova, já antes de nascer já trazia consigo a idéia de improvisações arbitrárias, que serão justificadas depois como "criatividade"...

A Missa Nova nasceu do princípio da mutabilidade. Daí, os seus abusos congênitos. É falso dizer que os abusos da liturgia foram pós conciliares. A Nova Missa nasceu com o DNA da mutabilidade. Com a doença da improvisação "criativa"... Já nasceu com o vírus do relativismo.

Pois não havia proclamado o Concílio Vaticano II, na Constituição Sacrosanctum Concilium. Sobre a Sagrada Liturgia, que a Liturgia deveria se "**acomodar melhor às necessidades de nossa época**" para facilitar a união dos que crêem em Cristo, e mesmo de todos ainda que não cressem em Cristo?

Com efeito, logo no Proêmio dessa Constituição, se lê:

*"1. O Sacrossanto Concílio propõe-se fomentar sempre mais a vida cristã entre os fiéis; **acomodar melhor às necessidades de nossa época as instituições que são suscetíveis de mudanças**, favorecer tudo o que possa contribuir para a união dos que crêem em Cristo, e promover tudo o que conduz ao chamamento de todos ao seio da Igreja"* (Concílio Vaticano II, Constituição Sacrosanctum Concilium. Sobre a Sagrada Liturgia, Proêmio, nº 1).

E, mais adiante, essa mesma Constituição diz:

"a Liturgia consta de uma parte imutável, divinamente instituída, e de partes suscetíveis de mudança. Estas, com o correr dos tempos, podem ou mesmo devem variar, se nelas se introduzir algo que não corresponda bem à natureza íntima da própria Liturgia, ou se estas partes se tornarem menos aptas" (Concílio Vaticano II, Constituição Sacrosanctum Concilium. Sobre a Sagrada Liturgia, Proêmio, nº 21).

Desses princípios se deduziu, na prática, que na Liturgia quase tudo podia mudar. Inclusive mudaram as palavras da Consagração do vinho, pois onde Cristo disse "*pro multis*" = "*por muitos*", traduziram "*por todos*". E até agora não adiantou a ordem de Bento XVI que se deve recolocar o "*por muitos*" na Consagração do vinho, retirando a tradução errada de "*por todos*" para significar a crença dos progressistas e modernistas da salvação universal, de que todos os homens já estão salvos.

A Santa Sé, em documento assinado pelo Cardeal Arinze, deu dois anos de prazo máximo, para as Conferências Episcopais acatarem essa ordem. E esse prazo termina sábado próximo, dia 18 de Outubro de 2008, já que a ordem da Congregação do Culto Divino e dos Sacramentos foi datada de 18 de Outubro de 2.006:

"De acordo com a Instrução Liturgiam Authenticam, deve haver o esforço para uma maior fidelidade aos textos latinos contidos nas edições típicas.

"As Conferências dos Bispos daqueles países onde a fórmula "por todos" ou sua equivalente está atualmente em vigor são, portanto, requisitadas a realizar a catequese necessária aos fiéis sobre essa questão nos próximos um ou dois anos, para prepará-los para a introdução de uma tradução vernacular precisa da fórmula pro multis (ou seja, "por muitos", "per molti", etc.) na próxima tradução do Missal Romano que os Bispos e a Santa Sé aprovarem para uso em seu país". (Congregatio de Cultu Divino et Disciplina Sacramentorum

Prot. N. 467/05/L - <http://www.cwnews.com/offtherecord/offtherecord.cfm>.
Roma, 17 de outubro de 2006"

Não temos conhecimento de nenhuma catequese feita sobre esse problema, no Brasil.

Será que domingo próximo, em todas as Igrejas do Brasil, se começará a dizer "por muitos" e não mais o errado "por todos" na Consagração do vinho?

Ou a ordem da Santa Sé será desobedecida pela CNBB?

Afinal, quem manda na Igreja no Brasil: o Papa ou a CNBB?

Na Nova Missa, tudo mudou. Só não mudou até agora o "por todos".

Em cada paróquia se reza uma Missa nova diferente, porque cada padre agora tem a sua Missa. E praticamente não se encontram duas paróquias com a mesma Missa.

A Missa Nova pôs fim à unidade do culto.

Pôs fim à unidade da *lex orandi*. E a *Lex orandi* é a *Lex credendi*.

Portanto, a Nova Missa de Paulo VI pôs fim à unidade da *lex credendi*.

E é isto mesmo que vai dizer o Cardeal Ratzinger, nesse seu livro que estamos comentando.

Um terceiro ponto a notar -- e o mais importante -- é que o Cardeal Ratzinger acusa a Missa Nova de Paulo VI de ter sido uma fabricação artificial feita por peritos, e fabricação que fez uma ruptura com a história da Liturgia da Igreja. Uma ruptura, sim, por ter trocado o que se desenvolvia organicamente por algo artificial, fabricado.

Vejamos as próprias palavras do Cardeal Ratzinger:

"Porém, a proibição agora decretada, do missal que se tinha desenvolvido continuamente através de todos os séculos, desde os manuais para os sacramentos na Igreja antiga, causou na história da liturgia uma ruptura cujas conseqüências só podiam ser trágicas." (Cardeal Joseph Ratzinger, Papa Bento XVI, Lembranças da Minha Vida, versão em português, Ed Paulinas, São Paulo, 2006, pp.129. Do original alemão Aus meinem Leben).

Essa afirmação do Cardeal Ratzinger é gravíssima, repetimos.

A Missa Nova causou uma ruptura na história da Liturgia da Igreja. A Missa Nova foi uma ruptura na *lex orandi*. Ora, como a *lex orandi* é a *lex credendi* - a lei da oração é a lei da fé - a Missa Nova causou uma ruptura na lei da Fé.

Pois "por trás das maneiras distintas de se conceber a liturgia,(...) estão, como quase sempre, modos diversos de se conceber a Igreja, portanto Deus e o relacionamento do homem com Ele" (Joseph Ratzinger / V. Messori, A Fé em Crise, E.P.U., São Paulo, 1965, p.89).

Essa sentença do Cardeal Ratzinger de que a Missa nova causou uma ruptura com a liturgia de sempre na Igreja e, portanto, com a fé de sempre, é tremenda. Não é de espantar então que ele verifique - o que todos hoje verificam - que as conseqüências da nova liturgia introduzida por Paulo VI foram "trágicas".

Quase todas as ruínas que se constatam, hoje, na Cidade Santa, na Igreja, provêm da anarquia litúrgica que se instaurou na Igreja com a adaptação da Missa aos tempos, com a adoção do princípio de variabilidade litúrgica camuflada como "criatividade". Cada padre se fez dono de sua Missa. O que acabou fazendo de grupelhos de leigos e de gerentes de igrejas, árbitros do que se deve fazer na liturgia. Vive-se, hoje, na Igreja, uma verdadeira anarquia litúrgica. E uma verdadeira anarquia na fé.

A pretensa criatividade humana quer tomar o lugar de Deus Criador, mas "não consegue senão produzir o arbitrário e o vazio" (Cardeal Joseph Ratzinger, *Introdução ao Espírito da Liturgia*, Ediz. San Paolo, Ciniselo Balsamo - Milano, 2001, p. 129).

A Liturgia entrou em agonia.

Até o *Motu Proprio Summorum Pontificum*, que liberou a Missa de sempre.

Quarto ponto a notar no texto citado do livro *La Mia Vita* do Cardeal Ratzinger é a afirmação de que a construção arbitrária da Missa leva ao vazio, levando a comunidade, muitas vezes, a celebrar a si mesma, o que "não vale a pena"!

O Cardeal Ratzinger dá uma importância essencial ao fato de que a Nova Missa de Paulo VI não tenha sido um desenvolvimento orgânico da Liturgia de sempre, mas uma construção nova, algo como um "bricolage" feito por peritos, uma Missa "do it yourself".

Veja-se o que ele escreveu num livro entrevista para Peter Seewald:

Peter Seewald. - "Não se pode passar sob silêncio a crítica da liturgia atual. Para muitos, ela não parece suficientemente santa. Uma reforma seria necessária para torná-la de novo mais santa?"

Cardeal Ratzinger - "Ter-se-ia necessidade, pelo menos, de uma nova consciência litúrgica, para fazer desaparecer esse espírito de fazer liturgia por capricho [um "do it yourself"]. Chegou-se ao ponto que círculos litúrgicos se fabricam para si mesmos uma liturgia do domingo".

"O que resulta disso é certamente a produção de alguns intelectuais dotados que imaginaram algo para si. Não encontro nisso Aquele que é o Totalmente-Outro, o Santo, que se dá a mim, mas apenas as capacidades de alguns. Percebo que não é isso que procuro. É pouco demais, e é uma coisa totalmente diferente". (Cardeal Ratzinger / Seewald, *Voici Notre Dieu*, p.).

E no livro *Lembranças de minha Vida*, vimos que o Cardeal Ratzinger repete esse pensamento, condenando o modo como foi feita a Nova Missa, com desejo de destruir a Missa de sempre, pois o novo edifício foi construído em oposição ao antigo:

"(...) o edifício antigo foi derrubado e construiu-se um outro"

"(...) Mas o fato de ter sido apresentado como construção nova, em oposição ao crescimento histórico, e de o missal antigo ter sido proibido, de sorte que a liturgia não apareceu mais como resultado de um crescimento vivo, e sim como produto de um trabalho erudito e de competência jurídica, isso nos prejudicou sobremaneira. Pois agora se devia ter a impressão de que liturgia é algo que "se faz"; não algo preexistente, mas algo que depende de nossas decisões".

A Nova Missa se centrou no homem. Foi antropocêntrica como o próprio Concílio Vaticano II foi antropocêntrico. Paulo VI declarou isso. Tal como o Vaticano II a Nova Missa se centrou no homem e na comunidade.

Era como se...

"toda a "comunidade" quisesse adotar sua própria liturgia. Mas quando a liturgia é algo feito por nós mesmos, então ela deixa de nos oferecer o que deveria ser sua verdadeira dádiva: o encontro com o mistério".

O Cardeal Ratzinger concluía aí dizendo algo de terrível: **"Estou convencido de que a crise na Igreja, pela qual passamos hoje, é causada em grande parte pela decadência da liturgia, que às vezes é concebida de uma maneira etsi Deus non daretur [Como se Deus não existisse], isto é, que nela não importa mais se Deus existe e se Ele nos fala e nos escuta"**.

A Nova Missa é concebida, por vezes, "Como se Deus não existisse". Etsi Deus non daretur.

Como se Deus não existisse!

Sentença terrível dada por um Cardeal que agora é o Papa Bento XVI.

Se a Montfort tivesse escrito isso, cairiam as maldições sobre nós. Foi o atual Papa Bento XVI quem escreveu isso: **a Missa Nova foi elaborada como construção humana, num sistema do it yourself. E por vezes - Quantas vezes! - é concebida e rezada "como se Deus não existisse"**.

E foi essa obliteração de Deus na Missa nova que, trouxe a decadência da Liturgia, que, em grande parte, causou a grave crise que a Igreja atravessa hoje. Portanto, essa crise somente será solucionada quando se der o retorno pleno da Missa de sempre. Da Missa voltada para Deus. Não para o homem. Não para a "comunidade".

Por isso, disse o Cardeal Ratzinger:

"Quando, porém, na liturgia não aparece mais a comunhão da fé, a unidade mundial da Igreja, o mistério de Cristo vivo, onde, então, ainda aparece Igreja, em sua essência espiritual? Aí a comunidade ainda celebra somente a si mesma, mas isso não vale a pena". (sublinhado nosso).

Sem a fé, a nova liturgia passou a celebrar a comunidade. E isso não vale a pena!

Qual é a liturgia decadente centrada na comunidade, portanto em algo humano, e não na fé, e que por isso mesmo, "não vale a pena"?

É a Missa Nova tal qual se a tem hoje quase em todo o mundo. **Isso não vale a pena**. Disse-o o Cardeal Ratzinger, hoje, Bento XVI.

E sem a unidade da fé, -- porque somente a Verdade une realmente os homens --, os católicos se dividiram em facções, seitas grupelhos, lançando-se uns contra os outros. E é o que se vê hoje, no mundo católico: por toda a parte reina a divisão. É o que afirma o mesmo Cardeal Ratzinger:

"é inevitável, naquela suposição, que a Igreja se divida em partidos de todo tipo, e os grupos se oponham uns aos outros dentro de uma Igreja que se dilacera a si mesma".

E o paradoxal é que essa divisão foi fruto do Concílio Vaticano II que pretendeu unir todos os cristãos num ecumenismo relativista que poria na sombra o que divide os cristãos, salientando apenas aquilo que os une. O ecumenismo do Vaticano II não uniu ninguém. Não converteu nenhum herege. Mas, dividiu profundamente os católicos.

Em 1936, o Cardeal Pacelli, futuro Pio XII, teria dito:

"Estou obcecado pelas confidências da Virgem à pequena Lúcia de Fátima. Essa obstinação de Nossa Senhora diante do perigo que ameaça a Igreja é um aviso divino contra o suicídio que representaria a alteração da fé, em sua liturgia, sua teologia e sua alma".

Essa citação foi publicada em várias ocasiões, sem jamais ser feita relação com o conteúdo do Terceiro Segredo de Fátima. (Cfr. Monsenhor Georges Roche e Philippe St. Germain, *Pie XII devant l' Histoire*, Laffont, Paris, 1972, pp 52 - 53; idem Abbé Daniel Le Roux, *Pierre m' aimes-tu?*, edit Fideliter, Brout Vernet 1986. p. 1; idem Padre Dominique Bourmaud, *Cien Años de Modernismo*, Ed Fundación San Pio X Buenos Aires, 2006, p. 312; *apud* Dom Bernard Fellay, Superior Geral da FSSPX, Resposta de 22 de junho de 2001 à carta do Cardeal Castrillon Hoyos de 7 de maio de 2001. *Communicantes*, Août 2001, http://www.sspcx.ca/Communicantes/Aug2001/French/Monseigneur_Fellay_repond.htm

Não se quis dar atenção a Nossa Senhora. João XXIII convocou o Concílio Vaticano II. Paulo VI mudou a Missa. Alterou-se a fé, na liturgia. Houve ruptura com a fé. E a alteração da fé, na liturgia, alterou a teologia e a alma da liturgia.

Eis os resultados. Trágicos. Um, como que, suicídio.

São Paulo, na festa de Nossa Senhora do Rosário e aniversário da vitória de Lepanto sobre o Islam, sete de Outubro de 2008.

Orlando Fedeli

Texto do Cardeal Ratzinger sobre a nova liturgia de Paulo VI, retirado do livro LA MIA VITA

"Gli anni di Ratisbona (pagg. 110-113 [...]) Il secondo grande evento all'inizio dei miei anni di Ratisbona fu la pubblicazione del messale di Paolo VI, con il divieto quasi completo del messale precedente, dopo una fase di transizione di circa sei mesi. Il fatto che, dopo un periodo di sperimentazioni che spesso avevano profondamente sfigurato la liturgia, si tornasse ad avere un testo liturgico vincolante, era da salutare come qualcosa di sicuramente positivo. Ma rimasi sbigottito per il divieto del messale antico, dal momento che una cosa simile non si era mai verificata in tutta la storia della liturgia. Si diede l'impressione che questo fosse del tutto normale. Il messale precedente era stato realizzato da Pio V nel 1570, facendo seguito al concilio di Trento; era quindi normale che, dopo quattrocento anni e un nuovo Concilio, un nuovo papa pubblicasse un nuovo messale. Ma la verità storica è un'altra. Pio V si era limitato a far rielaborare il messale romano allora in uso, come nel corso vivo della storia era sempre avvenuto lungo tutti i secoli. Non diversamente da lui, anche molti dei suoi successori avevano nuovamente rielaborato questo messale, senza mai contrapporre un messale a un altro. Si è sempre trattato di un processo continuativo di crescita e di purificazione, in cui, però, la continuità non veniva mai distrutta. Un messale di Pio V che sia stato creato da lui non esiste. C'è solo la rielaborazione da lui ordinata, come fase di un lungo processo di crescita storica. Il nuovo, dopo il concilio di Trento, fu di altra natura: l'irruzione della riforma protestante aveva avuto luogo soprattutto nella modalità di "riforme" liturgiche. Non c'erano semplicemente una Chiesa cattolica e una Chiesa protestante poste l'una accanto all'altra; la divisione della Chiesa ebbe luogo quasi impercettibilmente e trovò la sua manifestazione più visibile e storicamente più incisiva nel cambiamento della liturgia, che, a sua volta, risultò parecchio diversificata sul piano locale, tanto che i confini tra cosa era ancora cattolico e cosa non lo era più, spesso erano ben difficili da definire. In questa situazione di confusione, resa possibile dalla mancanza di una normativa liturgica unitaria e dal pluralismo liturgico ereditato dal medioevo, il Papa decise che il Missale Romanum, il testo liturgico della città di Roma, in quanto sicuramente cattolico, doveva essere introdotto dovunque non ci si potesse richiamare a una liturgia che

risalisse ad almeno duecento anni prima. Dove questo si verificava, si poteva mantenere la liturgia precedente, dato che il suo carattere cattolico poteva essere considerato sicuro. Non si può quindi affatto parlare di un divieto riguardante i messali precedenti e fino a quel momento regolarmente approvati. Ora, invece, la promulgazione del divieto del messale che si era sviluppato nel corso dei secoli, fin dal tempo dei sacramentali dell'antica Chiesa, ha comportato una rottura nella storia della liturgia, le cui conseguenze potevano solo essere tragiche.

Come era già avvenuto molte volte in precedenza, era del tutto ragionevole e pienamente in linea con le disposizioni del Concilio che si arrivasse a una revisione del messale, soprattutto in considerazione dell'introduzione delle lingue nazionali. Ma in quel momento accadde qualcosa di più: si fece a pezzi l'edificio antico e se ne costruì un altro, sia pure con il materiale di cui era fatto l'edificio antico e utilizzando anche i progetti precedenti.

Non c'è alcun dubbio che questo nuovo messale comportasse in molte sue parti degli autentici miglioramenti e un reale arricchimento, ma il fatto che esso sia stato presentato come un edificio nuovo, contrapposto a quello che si era formato lungo la storia, che si vietasse quest'ultimo e si facesse in qualche modo apparire la liturgia non più come un processo vitale, ma come un prodotto di erudizione specialistica e di competenza giuridica, ha comportato per noi dei danni estremamente gravi. In questo modo, infatti, si è sviluppata l'impressione che la liturgia sia "fatta", che non sia qualcosa che esiste prima di noi, qualcosa di "donato", ma che dipenda dalle nostre decisioni. Ne segue, di conseguenza, che non si riconosca questa capacità decisionale solo agli specialisti o a un'autorità centrale, ma che, in definitiva, ciascuna "comunità" voglia darsi una propria liturgia. Ma quando la liturgia è qualcosa che ciascuno si fa da sé, allora non ci dona più quella che è la sua vera qualità: l'incontro con il mistero, che non è un nostro prodotto, ma la nostra origine e la sorgente della nostra vita. Per la vita della Chiesa è drammaticamente urgente un rinnovamento della coscienza liturgica, una riconciliazione liturgica, che torni a riconoscere l'unità della storia della liturgia e comprenda il Vaticano II non come rottura, ma come momento evolutivo. Sono convinto che la crisi ecclesiale in cui oggi ci troviamo dipende in gran parte dal crollo della liturgia, che talvolta viene addirittura concepita "etsi Deus non daretur": come se in essa non importasse più se Dio c'è e se ci parla e ci ascolta.

Ma se nella liturgia non appare più la comunione della fede, l'unità universale della Chiesa e della sua storia, il mistero del Cristo vivente, dov'è che la Chiesa appare ancora nella sua sostanza spirituale?

Allora la comunità celebra solo se stessa, senza che ne valga la pena. E, dato che la comunità in se stessa non ha sussistenza, ma, in quanto unità, ha origine per la fede dal Signore stesso, diventa inevitabile in queste condizioni che si arrivi alla dissoluzione in partiti di ogni genere, alla contrapposizione partitica in una Chiesa che lacera se stessa. Per questo abbiamo bisogno di un nuovo movimento liturgico, che richiami in vita la vera eredità del concilio Vaticano II."

(Cardeal Joseph Ratzinger, La Mia Vita. Estratti della mia Vita, edizioni San Paolo, Cinisello Balsamo - 1997. Título original em alemão Aus meinen Leben)

Para citar este texto: Orlando Fedeli - "Cardeal Ratzinger:" MONTFORT Associação Cultural
http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=igreja&artigo=missa_nova_ruptura&lang=bra

A ruptura litúrgica confirmada pelo Papa Paulo VI

Autor: Eder Silva



Jean Guitton como ouvinte laico do Concílio, em 1963, com Paulo VI

Em nosso artigo sobre a Missa nova e a hermenêutica da ruptura, demonstramos a intenção ecumênica que conduziu a fabricação do *Novus Ordo Missae*. As declarações do Papa Paulo VI, trazidas a público por seu confidente e amigo Jean Guitton; a participação de pastores protestante como consultores na elaboração do *ritus modernus*; a declaração do principal liturgista, o monsenhor e provável maçom Annibale Bugnini; a posterior manifestação dos hereges, que teceram louvores ao novo modelo reformado da Missa; todas essas informações constituíram uma inegável evidência de que houve uma intenção de romper, ao menos em relação à questão do ecumenismo, com a bimilenar tradição católica, de modo a favorecer o decepcionante diálogo com outras religiões.

Embora as provas sejam contundentes, há sempre quem delas duvide. Por meio de um contorcionismo “fantástico”, teólogos e exegetas insistem numa versão de continuidade para os textos da liturgia, mesmo quando ocorrem evidentes problemas de tradução. É, realmente, uma obra de “peritos”.

Com este novo escrito, queremos trazer outra espantosa declaração do Papa Paulo VI. Aqueles que preconceituosamente nos acusam de distorcer a real interpretação do Concílio – chamando-nos inclusive de hereges por não aceitarmos a Missa nova como expressão unívoca da Fé – certamente ficarão encabulados, diante da confirmação de nossa posição pelas próprias palavras do Papa responsável pela versão ordinária do Rito Romano.

Reproduzimos as palavras do Papa ao seu amigo Jean Guitton, conforme tradução realizada, à época, pelo nosso saudoso professor Orlando Fedeli.

Disse o Papa Paulo VI:

“Reconheço que a diferença entre a liturgia de São Pio V, e a liturgia do Concílio (chamada frequentemente, não sei por que, de liturgia de Paulo VI) é muito pequena. Na aparência, a diversidade [no ofertório das duas Missas] repousa numa sutileza.

Mas essa missa dita de São Pio V, como se a vê em Ecône, se torna o símbolo da condenação do Concílio. Ora, jamais aceitaremos, em nenhuma circunstância, que se condene o Concílio por meio de um símbolo”.

Conclui o Papa:

“Se fosse acolhida essa exceção [liberar a missa antiga], o Concílio inteiro arriscaria de vacilar. E conseqüentemente a autoridade apostólica do Concílio” (Jean Guitton, *Paulo VI Secreto*, editora San Paolo, Milano, 4ª edição, 2.002).

Portanto, não somos nós que constatamos existir uma ruptura entre a Missa nova e a Missa anterior. Da afirmação do Papa Paulo VI se deduz que a Missa antiga, apesar das pequenas diferenças concretas com a Missa Nova, possui uma teologia diferente, e que, desta forma, a liberação da Missa Antiga é um símbolo de condenação do Vaticano II. Permitir a celebração da liturgia anterior – disse o Papa – seria por em risco toda a autoridade do Concílio. Então é o próprio Papa Paulo VI – incentivador e aprovador da Missa nova – quem garantiu existir uma oposição teológica entre as duas versões do Rito Romano.

Note-se que não se afirma que na Missa nova exista alguma heresia formal, mas que as manifestações da Missa Nova e da Missa Antiga não expressam a mesma fé.

Em outras palavras, segundo Paulo VI – no testemunho de Jean Guitton até o presente momento não contestado – existe uma incompatibilidade de fé entre a Missa de sempre e a Missa nova que é a expressão da fé do Vaticano II.

Trata-se de duas fé s divergentes: uma teocêntrica, expressa de modo inequívoco na liturgia antiga, e outra antropocêntrica, predominante na liturgia moderna e nos documentos do Vaticano II. Quem nos garante isso? Novamente o Papa Paulo VI:

“Alguns acusam o Concílio [Vaticano II] ter se desviado para o antropocentrismo. Desviado, não. Dirigido, sim.”

“... Ó vós humanistas modernos, que renunciáis à transcendência das coisas supremas, e saibais reconhecer o nosso novo humanismo: nós também, Nós mais do que qualquer outro, nós temos o culto do homem.” (Paulo VI, Discurso de encerramento do Concílio Vaticano II, 7 de Dezembro de 1965. Destaques nossos).

Constata-se, portanto, que a divergência é de “centro”. Enquanto na Missa Tridentina resplandece a luz do teocentrismo católico, na Missa nova vislumbramos as trevas do humanismo que, desprezando a Deus, coloca o homem no centro de tudo.

Evidentemente, ao menos em teoria, será possível dar uma interpretação diferente as palavras de Paulo VI, sobretudo agora quando não se pode mais consultá-lo.

Entretanto, é impossível não admitir que a ação de Paulo VI, proibindo, de fato, a Missa Antiga em todo o mundo, e não somente em Ecône, é coerente com as observações de nosso artigo

Uma última questão que poderia ser colocada é se Bento XVI, que liberou e incentivou a Missa Antiga, também acreditava como Paulo VI que esta liberação seria uma condenação ao Concílio Vaticano II.

Não é uma questão fácil de responder. A análise literal de alguns textos de Bento XVI levaria a crer que este discordava de Paulo VI a respeito da interpretação a ser dada ao gesto de liberação da Missa Antiga. Entretanto, o fato é que, mais do que nunca, o Vaticano II tem sido colocado em xeque e muitos – admiradores e críticos – atribuem isto à ação sutil de Bento XVI.

Resta saber se aqueles que nos qualificam de hereges e cismáticos ousarão proferir as mesmas acusações também contra o Papa Paulo VI porque, assim como nós, também identificou uma ruptura entre a doutrina anterior e posterior ao Vaticano II, conforme são aplicadas à Missa antiga e à Missa Nova.

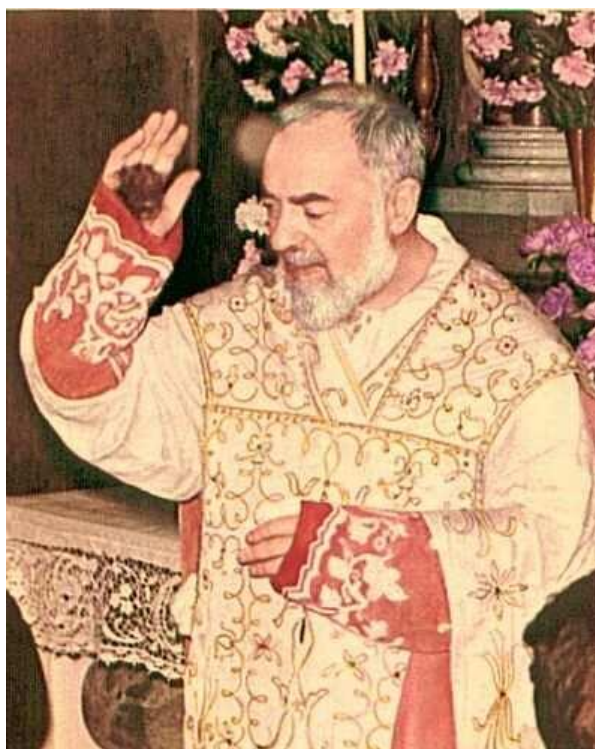
Aguardemos as manifestações!

In Corde Jesu, semper,

Eder Silva

Fonte: <http://www.montfort.org.br/a-ruptura-liturgica-confirmada-pelo-papa-paulo-vi/>

São Padre Pio e o aggiornamento



[... publicamos a seguir um extrato do artigo do frei João, capuchinho de Morgon, França (artigo publicado na Carta aos amigos de São Francisco, nº 17, de 02.02.1999)]:

Modelo de respeito e de submissão a seus superiores eclesiásticos e religiosos, em particular por ocasião das perseguições contra ele próprio, o Padre Pio de Pietrelcina não podia ficar mudo ante um desafio nefasto à Igreja.

Antes mesmo do fim do concílio, em fevereiro de 1965, anunciaram-lhe que seria preciso em breve celebrar a missa segundo um novo rito "*ad experimentum*", em língua vulgar, e elaborado por uma comissão litúrgica conciliar para responder às aspirações do homem moderno.

Antes mesmo de ter o seu texto sob os olhos, escreveu imediatamente a Paulo VI, pedindo-lhe fosse dispensado dessa experiência litúrgica e pudesse continuar a celebrar a Missa de São Pio V.

Tendo o cardeal Bacci se deslocado para lhe levar esta autorização, Padre Pio deixou escapar esta queixa para o enviado do Papa: "O Concílio, por piedade, acaba com ele depressa!"

No mesmo ano, na euforia conciliar que prometia uma "nova primavera" para a Igreja e para o mundo, confiava a um de seus filhos espirituais: "Rezemos nesta época de trevas. Façamos penitência pelos eleitos." E, sobretudo por aquele que deve ser o supremo pastor da Igreja católica: toda a sua vida ele "se imolará" pelo Papa reinante, cuja fotografia figurará sempre entre as raras imagens da sua cela.

Quão significativas outras cenas: estas reações em face do "*aggiornamento*" que as ordens religiosas assimilaram no dia seguinte ao Vaticano II (citações extraídas duma obra munida de *Imprimatur*):

"O Padre Geral (dos franciscanos) veio de Roma antes do capítulo especial para as constituições, em 1966, para pedir ao Padre Pio orações e bênçãos. Encontrou o Padre Pio no corredor do convento: 'Padre, vim para vos recomendar o capítulo especial para as novas constituições...' Apenas ouviu "capítulo especial", Padre Pio fez um gesto violento e gritou: ' Não são senão parlapatices e ruínas! ' — 'Mas que quereis, Padre? As novas gerações... os jovens evoluem à sua maneira... há novas exigências...' — 'É o cérebro e o coração que faltam, eis tudo, a inteligência e o amor'."

Em seguida avançou para a sua cela, deu meia-volta, e apontou o dedo dizendo: "Não nos desnaturemos, não nos desnaturemos! Quando Deus nos julgar, São Francisco não nos reconhecerá como filhos!"

Um ano depois, a mesma cena para o "*aggiornamento*" dos capuchinhos: "Um dia, confrades discutiam com o Padre Definidor Geral sobre a Ordem, quando o Padre Pio, tomando uma atitude espantosa, se pôs a gritar ao mesmo tempo que fixava o olhar longe: "Mas que estais prestes a fazer em Roma? Que combinais vós? Quereis mesmo mudar a Regra de São Francisco!" E o Definidor diz: "Padre, propõem-se estas mudanças, porque os jovens nada querem saber da tonsura, do hábito, dos pés descalços..." — "Expulsai-os! Expulsai-os! Mas quê? São eles que vão fazer um favor a São Francisco ao tomar o hábito e ao seguir o seu modo de vida, ou é antes São Francisco que lhes faz um grande dom?"

Se se considera que o Padre Pio foi um verdadeiro *alter Christus*, que toda a sua pessoa, corpo e alma, foi tão perfeitamente conforme quanto possível à de Jesus Cristo, esta recusa nítida das inovações da Missa e do "*aggiornamento*" deve ser para nós uma lição que reter.

É também notável que o Bom Deus tenha querido lembrar-se dele, seu fiel servidor, pouco tempo antes da imposição implacável das reformas do Concílio no seio da Igreja e da ordem capuchinha. E que Katarina Tangari, uma das suas filhas espirituais mais privilegiadas, tenha apoiado tão admiravelmente os padres de Ecône até à sua morte, um ano após as sagrações episcopais.

E Padre Pio ainda era menos complacente em face da ordem — ou antes da desordem — social e política: “confusão de idéias e reino dos ladrões” (em 1966). Profetizou que os comunistas chegariam ao poder “por surpresa, sem desfechar golpe... Nós nos daremos conta disso da noite para o dia”. Chegou a precisar até, a Monsenhor Piccinelli, que a bandeira vermelha flutuaria sobre o Vaticano... “Mas isso passará”.

Ainda aqui a sua conclusão coincide com a da Rainha dos Profetas: “Mas por fim o meu Coração Imaculado triunfará!” Como? Pela onipotência divina, certamente, mas provocada pelas duas grandes forças do homem: a oração e a penitência.

Foi a grande lição que Nossa Senhora nos quis lembrar com insistência, em Fátima, no princípio deste século: Deus quer salvar o mundo pela devoção ao Coração Imaculado de Maria, e não há nenhum problema, material ou espiritual, nacional ou internacional, que não possa ser resolvido pelo Santo Rosário e pelos sacrifícios.

Fonte:<http://www.catolicostradicionais.com.br/2011/11/sao-padre-pio-e-o-aggiornamento.html>

“A SANTA MISSA É O SOL DA IGREJA”

(São Francisco de Salles – Doutor da Igreja)



www.mariamaedaigreja.net